



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

CONTRIBUIÇÕES DA COMUNICAÇÃO AUMENTATIVA E ALTERNATIVA NO PROCESSO DE LETRAMENTO ESCOLAR

ESTÉR DE SOUZA BATISTA CORRÊA¹
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ /UESC

MARIA ALICE SANTOS COSTA²
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA /UFBA - IMS/CAT

STELLA MARIS MESQUITA DE ASSIS³
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA /UFBA - IMS/CAT

Resumo

Este estudo analisa a contribuição da Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) como ferramenta de apoio à alfabetização de estudantes com deficiências e dificuldades complexas de comunicação. A introdução contextualiza a alfabetização como direito fundamental e destaca os desafios enfrentados por alunos que não se comunicam oralmente. Metodologicamente, foi realizada uma pesquisa do tipo estado da arte, com levantamento sistemático de produções acadêmicas entre 2010 e 2024 nas bases SciELO, CAPES e Google Acadêmico, utilizando descritores relacionados à CAA e alfabetização. Foram selecionados 14 estudos que discutem estratégias, recursos e impactos da CAA no processo de ensino da leitura e da escrita. Na discussão, observa-se que a CAA potencializa a aprendizagem ao permitir a formação de relações simbólicas entre imagens, sons e palavras, especialmente com base na teoria da equivalência de estímulos. Os recursos, que variam de pranchas com símbolos a softwares com saída de voz, demonstraram benefícios tanto para o desenvolvimento da linguagem quanto para a inclusão social e escolar. A eficácia das intervenções está diretamente ligada à personalização dos recursos e ao envolvimento de equipes multiprofissionais. Conclui-se que a CAA é uma estratégia pedagógica potente, que amplia as possibilidades de letramento, promove autonomia e garante o direito à comunicação e à participação. Sua implementação eficaz exige formação docente, planejamento colaborativo e políticas educacionais inclusivas.

Palavras-chave: Educação especial. Equivalência de estímulos. Tecnologias assistivas.

Introdução

¹ Graduanda em Letras Vernáculas; Graduanda em Psicologia no Centro Universitário de Excelência/UNEX; e-mail: esbcorrea.elet@uesc.br.

² Psicóloga, Mestranda em Psicologia da Saúde; e-mail: marialice.psi@gmail.com.

³ Fonoaudióloga, Mestranda em Psicologia da Saúde; e-mail: stellassism@gmail.com.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colégio de Pedagogia
Vitória da Conquista

A leitura e a escrita são habilidades fundamentais para o desenvolvimento humano, pois contribuem para a construção da autonomia, da identidade e da participação social. No entanto, embora sejam consideradas um direito de todos, o acesso a esses aprendizados ainda não ocorre de forma justa entre os estudantes.

Diversas crianças enfrentam obstáculos nesse processo, principalmente aquelas com deficiências ou com dificuldades significativas de comunicação. Para esses alunos, os métodos tradicionais de ensino muitas vezes se mostram insuficientes, exigindo abordagens que respeitem suas formas singulares de expressão (Santos; Cavalcante, 2023). É nesse cenário que se destaca a proposta da educação inclusiva, que defende o direito de todos os alunos, independentemente de suas características físicas, sensoriais, intelectuais ou sociais, de participarem da vida escolar em ambientes comuns, com as mesmas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento (Souza; Souza; Miranda, 2020).

A inclusão escolar é respaldada por recursos legais e normativos, como a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência instituída pela Lei nº 13.146/2015 (Brasil, 2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008). Tais documentos asseguram o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de estudantes com deficiência na escola regular, reforçando o papel do Estado, das instituições de ensino e dos profissionais da educação na garantia desses direitos.

Dentro dessa perspectiva, a Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) se destaca como um recurso essencial para efetivação do princípio da inclusão. Trata-se de um conjunto de estratégias, recursos e tecnologias, como o uso de pranchas com símbolos, sistemas pictográficos, gestos e dispositivos com saída de voz, que visam ampliar ou substituir a comunicação oral de pessoas com limitações significativas de fala e linguagem de forma temporária ou permanente (Miranda *et al.*, 2021).

O uso da CAA favorece não apenas a expressão e a compreensão verbal, mas também a participação ativa nas práticas pedagógicas e nas interações sociais escolares. Dessa forma, contribui diretamente para o direito à comunicação, ao currículo e à aprendizagem, que são elementos centrais da proposta de uma escola verdadeiramente inclusiva (Krüger *et al.*, 2017).

Além de promover acessibilidade comunicacional, a CAA atua como mediadora no processo de alfabetização, como por exemplo, em crianças com Transtorno do Espectro Autista



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

(TEA), paralisia cerebral, deficiência intelectual e outros quadros clínicos que comprometem significativamente a comunicação funcional (Junior; Coutinho, 2024). As crianças com dificuldade significativa de comunicação são classificadas como pessoas com necessidades complexas de comunicação (NCC), por dependerem de apoios específicos para compreender e se expressar no meio social e escolar (Deliberato; Nunes, 2015). A CAA, nesse contexto, oferece caminhos alternativos para que esses sujeitos possam interagir, participar e aprender de maneira mais efetiva.

Tendo isso em vista, o presente trabalho tem como objetivo analisar as contribuições da CAA como ferramenta para o processo de alfabetização de indivíduos com NCC. Para isso, realizou-se uma revisão de literatura do tipo estado da arte, com foco em estudos acadêmicos que investigam o uso da CAA na perspectiva da alfabetização. A pesquisa busca discutir os principais recursos utilizados, os impactos pedagógicos evidenciados e os fatores que favorecem ou dificultam a implementação dessa abordagem no contexto da educação inclusiva, contribuindo assim, para a compreensão das possibilidades e dos desafios envolvidos na promoção de práticas alfabetizadoras acessíveis e inclusivas.

Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa do tipo estado da arte, cujo objetivo é mapear, analisar e discutir a produção científica recente acerca do uso da CAA no processo de alfabetização de pessoas com deficiências e NCC. Essa abordagem permite integrar os achados das publicações existentes e promover uma análise crítica sobre o tema, contribuindo para uma visão mais ampla e aprofundada das práticas inclusivas em contextos educacionais (Romanowski; Ens, 2006).

O levantamento bibliográfico foi realizado por meio de buscas sistematizadas em bases de dados nacionais e internacionais, tais como SciELO, CAPES e Google Acadêmico, utilizando descritores combinados como: “Comunicação Alternativa e Aumentativa” e “Alfabetização”. Foram considerados apenas artigos, livros, capítulos e dissertações publicados entre os anos de 2010 e 2024, escritos em português, inglês ou espanhol, que abordassem diretamente a interface entre CAA e processos de leitura e escrita em contextos educacionais.

Após o levantamento inicial, os materiais foram selecionados com base nos seguintes critérios de inclusão: (a) apresentar resultados de pesquisas empíricas ou revisões sistemáticas



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

sobre o uso da CAA na alfabetização de crianças com deficiência; (b) explicitar metodologias de aplicação da CAA em ambientes escolares; e (c) conter discussões fundamentadas teoricamente sobre os impactos da CAA na aprendizagem. Ao final da triagem e análise, foram selecionados quatorze estudos que atenderam aos critérios estabelecidos.

Contribuições da CAA para o letramento

Segundo Light e McNaughton (2012), a CAA vai além de uma resposta à ausência da fala, constituindo-se também como ferramenta para o desenvolvimento de habilidades linguísticas, sociais e acadêmicas. Ao permitir que o indivíduo compreenda e se expresse por meios alternativos, a CAA torna-se um recurso pedagógico importante no processo de alfabetização. Isso porque possibilita o acesso aos conteúdos por meio de estímulos visuais, táteis ou auditivos, que é essencial para crianças que ainda não desenvolveram a linguagem oral ou possuem NCC, mas que têm potencial cognitivo para aprender a ler e escrever (Beukelman; Miranda, 2013).

Através de recursos de baixa tecnologia como pranchas com símbolos, até recursos de alta tecnologia como aplicativos, figuras e softwares com saída de voz, o aluno pode construir frases, nomear objetos, reconhecer letras e formar palavras, o que contribui para o desenvolvimento da linguagem escrita (Dequadros; Walter, 2019). Além disso, a CAA favorece a construção de repertórios de equivalência entre estímulos, ou seja, a capacidade de compreender que um símbolo, uma palavra escrita e um som podem representar a mesma coisa (Dequadros; Walter, 2019). Nesse sentido, a aplicação da CAA pode ser observada, por exemplo, no uso de pranchas de comunicação que associam imagens, símbolos e palavras escritas. Ao relacionar a imagem de uma vaca ao símbolo correspondente e à palavra “vaca”, o aluno passa a reconhecer que esses elementos compartilham o mesmo significado. Com o tempo, essas associações podem ser generalizadas para novos contextos, contribuindo para a aprendizagem da leitura e da escrita.

Esse processo, descrito na Análise do Comportamento, como formação de classes de equivalência de estímulos, oferece o suporte teórico para entender a contribuição da CAA para a alfabetização. Sidman (1971), demonstrou que, ao ensinar relações diretas entre estímulos (como imagem e palavra), os indivíduos podem adquirir relações derivadas (como palavra-



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

imagem ou som-palavra) sem ensino explícito, por meio da formação de classes de equivalência.

Quando bem planejadas, as intervenções com CAA favorecem a formação dessas classes, permitindo que o aluno estabeleça relações fundamentais para a leitura e a escrita. A associação entre figura, palavra e som fortalece o desenvolvimento de repertórios linguísticos e cognitivos essenciais à alfabetização (Souto *et al.*, 2023).

A pesquisa de base comportamental de Rose e Souza (2012), demonstra que programas baseados na equivalência de estímulos podem ser altamente eficazes para ensinar leitura funcional a crianças com deficiência intelectual. Esses programas utilizam relações condicionais entre imagens, palavras impressas e sons, favorecendo a generalização das habilidades de leitura. Essa abordagem teórica fornece uma estrutura conceitual sólida para entender como a CAA facilita a construção de relações complexas entre estímulos verbais e não verbais, essenciais para a aquisição da leitura.

De forma semelhante, Sposito, Deliberato e Santos (2017), investigaram a aplicação de um programa de ensino de leitura baseado em CAA com crianças com paralisia cerebral e os resultados indicaram avanços na habilidade de reconhecer palavras e construir sentenças simples, com impactos positivos também na comunicação funcional dos participantes no cotidiano. Essa descoberta também evidencia os benefícios da CAA como ferramenta de apoio à alfabetização, promoção da autonomia e ampliação da participação social, ao favorecer tanto a expressividade quanto a compreensão na comunicação.

Em outra pesquisa, Miranda *et al.* (2021), também corroboram esses achados, indicando melhorias nas habilidades comunicativas das crianças com paralisia cerebral independentemente do recurso ou modo de acesso utilizado, e que todos os métodos de CAA utilizados em estudos revisados apresentaram benefícios para essas habilidades. Com um olhar um pouco diferente, Gonçalves, Silva e Braga (2021), analisaram a implementação de pranchas de comunicação em contextos escolares e observaram melhorias na interação social e no desempenho acadêmico, especialmente em atividades de leitura compartilhada. Isso demonstra que a CAA otimiza a participação em práticas pedagógicas coletivas.

Com isso, foi possível observar que o acesso à linguagem por meio de recursos alternativos também favorece a construção de vínculos, a participação em grupos e o protagonismo do estudante nas atividades em sala de aula e em outras palavras, a CAA não



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

apenas supre limitações, mas potencializa as possibilidades de aprendizagem em contextos colaborativos, ampliando o sentido de pertencimento e inclusão escolar (Gonçalves; Silva; Braga, 2021).

O uso de dispositivos com saída de voz, em alta tecnologia, nas salas de aula contribuiu para o engajamento de alunos com deficiência motora severa em atividades de leitura e escrita, aumentando sua autonomia e participação nas rotinas escolares. Esse aspecto ressalta como a CAA, ao proporcionar voz a quem não vocaliza, empodera o aluno e o integra mais ativamente no ambiente de aprendizagem e atua como ferramenta de empoderamento, favorecendo a integração ativa desses alunos nas rotinas escolares e na vida coletiva da turma (Amato; Manzini, 2018).

Cabral e Duarte (2020) destacam que o suporte visual oferecido por recursos digitais facilita o reconhecimento de palavras, a compreensão de estruturas gramaticais simples e a construção de significados a partir de estímulos visuais organizados. Esses elementos contribuem para tornar o processo de alfabetização mais acessível, sobretudo para alunos que apresentam dificuldades na linguagem oral. Além disso, o mesmo estudo evidencia que as tecnologias digitais permitem uma maior personalização das atividades, respeitando o ritmo e as preferências individuais dos estudantes. Isso favorece uma adesão mais efetiva e aponta o potencial dessas ferramentas como instrumentos de enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem, para aqueles que se beneficiam de estímulos visuais consistentes e previsíveis.

Um ponto importante destacado na pesquisa de Bersch e Johnson (2015), é a importância da personalização dos sistemas de CAA para garantir o engajamento do aluno no processo de alfabetização, indicando que adaptações sensoriais e cognitivas favorecem a aprendizagem. A customização dos recursos de CAA, portanto, é um fator extremamente importante para atender às particularidades de cada aprendiz, otimizando seu potencial de desenvolvimento do letramento.

Por fim, Monteiro e Lima (2022) destacam que o sucesso da CAA no processo de alfabetização vai além da escolha de recursos. A efetividade de programas apoiados por essa abordagem, principalmente em escolas públicas, depende diretamente do envolvimento de uma equipe multiprofissional e da formação contínua dos professores. Nesse sentido, os autores também reforçam a importância de um suporte pedagógico, clínico e técnico, de modo a assegurar que as estratégias sejam bem aplicadas e ajustadas às necessidades dos alunos. Nessa



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

perspectiva, a CAA se consolida como uma ferramenta potente, desde que integrada a uma prática educativa colaborativa e estruturada.

Considerações Finais

A presente pesquisa permitiu reunir e analisar estudos relevantes que evidenciam a eficácia da CAA como ferramenta de apoio à alfabetização de indivíduos com NCC. Os resultados encontrados mostram que a CAA auxilia nas barreiras comunicativas, potencializa o processo de ensino e aprendizagem da leitura e escrita, promove o desenvolvimento da linguagem, da autonomia e da inclusão escolar.

Os estudos analisados evidenciam que, quando a CAA é planejada de forma intencional e articulada ao currículo escolar, ela pode favorecer significativamente o processo de alfabetização, por meio da formação de relações simbólicas entre imagens, palavras escritas e sons. Esse processo está em consonância com os pressupostos das teorias de equivalência de estímulos, que explicam como os indivíduos podem estabelecer relações entre diferentes estímulos sem a necessidade de ensino direto para cada combinação possível.

Observa-se, ainda, que os benefícios da CAA não se restringem a uma única modalidade tecnológica. Recursos de baixa, média e alta tecnologia demonstram potencial relevante quando são adaptados às características sensoriais, cognitivas e comunicativas dos estudantes. O uso de pranchas visuais, softwares com voz sintetizada, aplicativos personalizados e outros dispositivos, quando alinhados às necessidades específicas dos alunos, contribui para ampliar o acesso ao conteúdo escolar.

Outro aspecto fundamental observado é que o sucesso da implementação da CAA na prática escolar depende do envolvimento de uma equipe multiprofissional e da formação continuada dos docentes. A atuação colaborativa entre professores, terapeutas, fonoaudiólogos e demais profissionais garantem o suporte necessário para adaptar estratégias e recursos às realidades dos estudantes.

Dessa forma, conclui-se que a CAA é uma estratégia pedagógica potente e indispensável para garantir o direito à alfabetização de estudantes com dificuldades de comunicação e expressão, representando um avanço significativo na consolidação de práticas inclusivas na escola. Para que seu potencial seja plenamente alcançado, é imprescindível que educadores e



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

gestores incorporem a CAA de forma intencional, ética e contínua ao cotidiano escolar, construindo, assim, uma educação verdadeiramente acessível a todos.

Referências

AMATO, L.; MANZINI, E. Technological aids in literacy learning: The role of speech-generating devices. **International Journal of Inclusive Education**, v. 22 n. 3, p. 231-245, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13603116.2017.1365951>. Acesso em: 27 jun. 2025.

BERSCH, C.; JOHNSON, M. Customization in AAC systems: Addressing individual needs in literacy acquisition. **Augmentative and Alternative Communication**, v. 31, n. 2, p. 101-110, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.3109/07434618.2015.1035793>. Acesso em: 27 jun. 2025.

BEUKELMAN, D. R.; MIRANDA, P. M. **Comunicação alternativa e ampliada: apoio à criança e ao adulto com complexas necessidades de comunicação**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 7 ago. 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2025.

CABRAL, M. R.; DUARTE, N. L. Tecnologia assistiva e alfabetização: contribuições da CAA no ensino de crianças com TEA. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, n.2, p. 273-288, 2020. Disponível em: <https://periodicos.scielo.br/j/rbee/article/view/176595>. Acesso em: 27 jun. 2025.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

DELIBERATO, D.; NUNES, L. R. D. P. Uso de sistemas gráficos na rotina da sala de aula regular com alunos com deficiência. **Arquivos Analíticos de Políticas Educacionais**, v. 23, p. 34, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.14507/epaa.v23.1655>. Acesso em: 1 ago. 2025.

DEQUADROS, S.; WALTER, C. Comunicação alternativa e alfabetização de estudantes com autismo: a utilização de pranchas temáticas. **Revista Educação Especial**, v. 32, n. 67, p. 41-58, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X36697>. Acesso em: 23 jun. 2025.

GONÇALVES, D. F.; SILVA, A. C.; BRAGA, J. M. A comunicação alternativa na alfabetização de alunos com deficiência em escolas inclusivas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, e260078, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/pC97LpqGcRJ5Lw3JcJTtyV3y>. Acesso em: 27 jun. 2025.

JUNIOR, A. J. R.; COUTINHO, D. J. G. O impacto dos dispositivos de comunicação alternativa e aumentativa (caa) na inclusão de alunos com deficiências de comunicação. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 11, p. 2020-2030, 2024. Disponível em: <https://translate.yandex.com/en/dictionary/Portuguese-French/este%20artigo%20ainda%20est%C3%A1%20dispon%C3%ADvel>. Acesso em: 20 jun. 2025.

KRÜGER, S. I. *et al.* Delimitação da área denominada comunicação suplementar e/ou alternativa (CSA). **Revista CEFAC**, v. 19, n. 2, p. 265–276, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-021620171927316>. Acesso em: 20 jul. 2025.

LIGHT, J.; McNAUGHTON, D. The changing face of augmentative and alternative communication: Past, present, and future challenges. **Augmentative and Alternative Communication**, v. 28, n. 4, p. 197-204, 2012. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.3109/07434618.2012.737024>. Acesso em: 19 jun. 2025.

MIRANDA, V. S. G. de *et al.* Comunicação Aumentativa e Alternativa e Habilidades de Linguagem de Crianças com Paralisia Cerebral: Uma Revisão Sistemática. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 27, e0007, p. 445-458, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0007>. Acesso em: 22 jun. 2025.

MONTEIRO, L. S.; LIMA, V. C. O uso da Comunicação Alternativa como estratégia de alfabetização na escola pública: um estudo de caso. **Revista Inclusão e Cidadania**, v.4, n. 1, p. 89-105, 2022. Disponível em:



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

<https://revistainclusaoecidadania.org/ojs/index.php/ic/article/view/92>. Acesso em: 27 jun. 2025.

ROSE, J. C.; SOUZA, D. G. Ensino de leitura funcional por meio de relações de equivalência em crianças com deficiência intelectual. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 28(2), 141–149, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/3sKcDWgnQ3tTpKmjkJtrMzw>. Acesso em: 27 jun. 2025.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte”. **Diálogos Educacionais**, v. 6, n. 6, p. 37–50, 2006. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/albinonunes/disciplinas/pesquisa-em-ensino-pos.0242-posensino/romanowski-j.-p.-ens-r.-t.-as-pesquisas-denominadas-do-tipo-201cestado-da-arte201d.-dialogos-educacionais-v.-6-n.-6-p.-37201350-2006/view>. Acesso em: 22 jun. 2025.

SANTOS, J. F. dos; CAVALCANTE, T. C. F. O uso da comunicação alternativa para a alfabetização de uma criança com deficiência intelectual. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 104, n. 268, p. 577-594, 2023. Disponível em: <https://humanas.blog.scielo.org/blog/2023/10/31/o-uso-da-comunicacao-alternativa-para-a-alfabetizacao-de-uma-crianca-com-deficiencia-intelectual/>. Acesso em: 27 jun. 2025.

SIDMAN, M. Reading and auditory-visual equivalences. **Journal of Speech and Hearing Research**, v. 14, p. 5–13, 1971. Disponível em: <https://doi.org/10.1044/jshr.1401.05>. Acesso em: 20 jun. 2025.

SOUTO, B. S.; CORRÊA, E. S. B.; ROCHA, R. W. S.; SOARES, G. G. Equivalência de estímulos e a aquisição da leitura: uma revisão integrativa. **Anais V Semana Científica Do Agreste Pernambucano**, v. 5, p. 4469-4473, 2024. Disponível em: <https://doity.com.br/secap>. Acesso em: 27 jun. 2025.

SOUZA, R. T. de; SOUZA, V. T.; MIRANDA, J. C. Breve reflexão acerca dos aspectos legais e desafios da Educação Inclusiva. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 20, 2022. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/20/breve-reflexo-acerca-dos-aspectos-legais-e-desafios-da-educacao-inclusiva>. Acesso em: 20 jul. 2025.

SPOSITO, A. M. R.; DELIBERATO, D.; SANTOS, K. W. Programa de leitura com apoio da CAA para crianças com paralisia cerebral: um estudo de intervenção. **Revista Distúrbios da Comunicação**, 29(3), 479–489, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/dc/article/view/36971>. Acesso em: 27 jun. 2025.